

25 JAN 1987

Pressão política evita fim do gatilho no Cruzado III

Antônio Martins

Brasília — No início de janeiro, um ministro de estado que tem grande intimidade com o deputado Ulysses Guimarães descobriu que o governo estava preparando em sigilo um novo pacote contra a inflação muito mais duro do que o Cruzado II. Imediatamente, procurou o presidente do PMDB e deu-lhe a notícia.

— É inacreditável — reagiu, surpreso, Ulysses. — Eles não me falaram nada até agora.

Pediu explicações aos ministros do partido que comandam a área econômica — Fazenda, Planejamento e Trabalho —, e no sábado, dia 10, teve um longo almoço com Dilson Funaro e um grupo de economistas do governo. Ficou particularmente chocado ao tomar conhecimento de que uma das medidas cogitadas era o fim do gatilho salarial.

Começava naquele dia a reação dos políticos ao prejuízo que os tecnocratas lhes impuseram logo após o 15 de novembro, com a divulgação de um pacote que descongelou os preços e atraiu a antipatia de um eleitorado que, uma semana antes, dera ao PMDB uma espetacular vitória nas urnas com a eleição de 22 governadores.

Sabatina

— O PMDB só endossará as futuras decisões do governo sobre preços e salários se se convencer de que elas são realmente justas — essa a conclusão de uma reunião no dia 21 de dezembro na casa de Ulysses em São Paulo, em que a cúpula do partido sabatinou os três ministros da área econômica sobre a situação do país.

No palácio do Planalto, o presidente José Sarney, um político movido a pesquisas sobre sua popularidade, receberia com satisfação, dali a uma semana, os primeiros resultados de uma enquête do Instituto Gallup dando conta de que a maioria da população aprovava o congelamento de preços, apesar dos problemas que tal medida implica.

Estava criado, assim, o clima adequado para desarmar uma espécie de Plano Cruzado III com ingredientes recessivos capazes de ruborizar os tecnocratas da Velha República. Junto com esse plano caíam em desgraça os chamados "pais do Cruzado", economistas que, apesar de sua linha heterodoxa, têm hoje menos prestígio do que os novos constituintes e governadores do PMDB, defensores da maior abertura possível do governo na hora de tomar decisões econômicas. O plano, de acordo com as informações colhidas pelos espões de Ulysses, previa o realinhamento dos preços, o fim do gatilho salarial sem qualquer compensação e uma maxidesvalorização do Cruzado para satisfazer os credores às vésperas da renegociação da dívida externa.

— Era um "chocão" — lembra o assessor de um importante ministro do PMDB — feito pelo pessoal do Banco Central, que trabalha numa área onde a política demora a chegar.

Mudança

Ulysses, que havia convocado uma reunião dos governadores do PMDB para discutir como capitalizar a vitória eleitoral dentro da Constituinte, alterou a pauta para examinar o novo pacote econômico. Em sucessivos encontros entre eles e os ministros da área, Ulysses percebeu que rapidamente chegara ao consenso quanto a três pontos, embora em sentido inverso do que queriam os economistas: tabelamento dos juros, defesa do gatilho e um endurecimento na negociação da dívida externa.

— O governo está desarticulado, não tem uma proposta para combater a inflação. É por isso que os especuladores estão se aproveitando da situação e estão todos nervosos — reclamou o governador eleito de São Paulo, Orestes Quércia. "Eu não consegui entender as explicações do Funaro sobre a elevação das taxas de juros" queixou-se seu colega do Rio Grande do Sul, Pedro Simon.

Ao lado de Waldir Pires, da Bahia, e Miguel Arraes, de Pernambuco, eles formavam o bloco mais preocupado com as novas medidas de combate à inflação e resolveram aprofundar o questionamento dos ministros numa série de reuniões, que às vezes atravessaram a madrugada. "Compare o Cruzado II com o III", convidou o ministro da Previdência Social, Raphael de Almeida Magalhães, um dos sabatinadores da reunião de São Paulo. "No Cruzado II, o PMDB foi testemunha. Neste agora, o partido foi ouvido, disse do que não gosta e está sendo acatado".

— Qualquer medida que venha a ser tomada será precedida de nova consulta ao PMDB — prevê um funcionário do governo que tem fácil relacionamento com o presidente do PMDB. "Por mais excelente que a medida seja do ponto de vista técnico, contudo ela só passará se tiver cobertura política".

"Manuelção"

Por essa razão, o economista João Manoel

Cardoso de Mello, principal assessor de Funaro, deverá conversar no início desta semana com Ulysses para informá-lo das principais diretrizes do pacote em gestação dentro do governo para atacar a inflação, já que o acordo entre patrões e empregados parece irremediavelmente destituído ao fracasso. João Manoel, a propósito, é uma das principais vítimas do processo democrático, que passou a vigorar nas decisões econômicas.

Ele foi o autor solitário do Cruzado II, batizado por gente do PMDB de *El Manuelção*, e acusado de responsável pelo recrudescimento da inflação, quando seu objetivo era justamente o contrário. A ironia da democratização dos pacotes é que João Manoel, até o início do governo Sarney, era um dos principais autores do programa do PMDB, ao lado de Luiz Gonzaga Belluzzo — chefe da assessoria econômica de Funaro — e Luciano Coutinho, secretário-geral do Ministério da Ciência e Tecnologia, que por essa razão tem se mantido a salvo do desgaste sofrido pelos outros dois.

Em favor de João Manoel, argumenta-se que foi um dos principais responsáveis pelo bloqueio de um pacote ainda mais duro defendido pelos economistas do Banco Central na véspera do *El Manuelção* de 21 de novembro. — "Os outros queriam a recessão mesmo. E o João fez o que fez para conseguir maiores recursos para investimentos, dentro da política de Sarney de manter o crescimento de 6% ao ano. A proposta do pessoal da Seplan, do Sayad, era muito pior" — lembra um dos economistas que participaram dos debates na época.

A proposta de Sayad era a criação de uma poupança compulsória, nome de fantasia de nova mordida do Leão do Imposto de Renda no salário dos trabalhadores que o presidente rejeitou logo que lhe foi apresentada. Sayad, contudo, aprendeu mais a dançar no ritmo de um governo político, no qual as coisas têm que ser negociadas, do que Funaro.

— Só os senhores têm capital político para nos emprestar, de forma a que, somado ao nosso, possamos adotar as medidas necessárias ao combate ao nosso, possamos adotar as medidas necessárias ao combate da inflação — disse ele aos governadores ao pedir apoio para nova receita amarga contra a inflação.

Daquela reunião, o governo retirou os subsídios para propor a mesa-redonda entre Almir Pazzianotto, do Trabalho, empresários e centrais sindicais, iniciada uma semana depois. Mesmo que o governo não tenha êxito, a importância dos encontros promovidos por Pazzianotto terá sido muito grande, pois servirá para balizar as medidas que deverão ser adotadas nesta quarta-feira.

Avanço

— Afinal, quando divulgar as decisões, o governo terá dialogado com o PMDB, com os empresários e com os trabalhadores, enfim, com as principais lideranças do país, argumenta o ministro.

Por exemplo, após esse aprendizado, dos métodos de maior participação política na economia como única forma de aprovar pacotes, o ministro Dilson Funaro pegou o telefone na quinta-feira e resolveu comunicar pessoalmente ao governador Miguel Arraes o êxito do governo brasileiro nas negociações com o Clube de Paris.

Mas há quem ofereça resistência a esses novos tempos.

Na assessoria direta do presidente Sarney, argumenta-se de que um governo político torna-se muito vulnerável e presa fácil de seus próprios slogans. "O que atrapalha o governo são os clichês. No início, o Fernando Lyra queria que se consultasse a sociedade sobre tudo. Agora, somos prisioneiros de outro chavão: sempre que o governo quer alterar sua rota vem essa história de ouvir primeiro os políticos", diz um auxiliar de Sarney.

Foi por ouvir os políticos, a propósito, que o presidente Sarney amarga, agora, a perda de sua popularidade, segundo interpretação de assessores que julgam reproduzir o seu pensamento.

Após o pacote de novembro, quando alguns governadores como Waldir Pires e Pedro Simon reclamaram da trapaça política do governo, Sarney comentou: "Muita gente que reclama que as medidas deveriam ser anunciadas antes das eleições não estariam agora criticando, como governadores eleitos". E ao receber os governadores para um jantar no Palácio da Alvorada, no início de janeiro, o presidente exibiu a fatura completa num discurso que, apesar disso, fez sucesso pelo seu conteúdo autenticamente pemedebista:

— Os senhores sabem perfeitamente que eu esperei até as eleições e só depois tomei decisões e paguei com o meu prestígio político para podermos realmente consolidar a área política do Brasil.